

Lei n.º 8/90, de 20 de fevereiro — Bases da Contabilidade Pública.
Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro (CPA);
Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho — Regime de Administração Financeira do Estado;

Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de janeiro — (altera o CPA);

Lei n.º 23/96 de 26 de julho, alterada pelas Leis n.s 12/2008, de 26 de fevereiro, 24/2008, de 2 de junho, 6/2011 de 10 de março e 44/2011 de 22 de junho — contratos de aquisição de serviços;

Lei n.º 115/97, de 19 de setembro — Primeira Alteração à Lei n.º 46/86, de 14 de outubro;

Decreto-Lei n.º 232/97, de 3 de setembro — Plano Oficial de Contabilidade Pública;

Decreto-Lei n.º 191/99, de 5 de junho — Aprova o Regime de Te-souraria do Estado;

Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril — (CIBE);

Lei n.º 26/2000, de 23 de agosto — Aprova a Organização e Orde-namento do Ensino Superior;

Portaria 794/2000, de 20 de setembro — POEducação;

Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto — Bases de Financiamento do En-sino Superior;

Lei n.º 3/2004 — Lei-quadro dos Institutos Públicos;

Decreto-Lei n.º 38/2007, de 16 de agosto — Aprova o Regime Jurídico da Avaliação do Ensino Superior;

Lei n.º 49/2007, de 30 de agosto — Segunda alteração Lei n.º 46/1986, de 14 de outubro — Lei de Bases do Sistema Educativo;

Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro — Novo CCP;

Declaração de Retificação n.º 18-A/2008, de 28 de março — Reti-ficação CCP;

Decreto-Lei n.º 232/2009, de 11 de setembro — Primeira alteração ao CCP;

Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro — Segunda alteração ao CCP;

Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro — Amortiza-ções e depreciações;

Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho — Normas de Consolidação de Contas;

Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro — Orçamento de Estado para 2013.

15 — A Avaliação Curricular visa analisar a qualificação dos candi-datos, designadamente a habilitação académica ou profissional, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada, tipo de funções exercidas e avaliação de desempenho obtida, nos termos do artigo 11.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro.

16 — A Entrevista Profissional de Seleção visa avaliar, de forma obje-tiva e sistemática, a experiência profissional e aspetos comportamentais evidenciados durante a interação estabelecida entre o entrevistador e o entrevistado, nomeadamente os relacionados com a capacidade de co-municação e de relacionamento interpessoal, nos termos do artigo 13.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro.

17 — Nos termos da alínea r) do n.º 3 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, as atas do júri onde constam os parâ-metros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos métodos de seleção a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final do método, são facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

18 — A composição do júri será a seguinte:

Presidente — Doutor Pedro Jorge Sobral Camões, administrador.
Vogais efetivos:

Mestre Luís Carlos Ferreira Fernandes, diretor de serviços.
Dr.ª Maria Helena Carvalhinho Trindade, técnica superior.

Vogais suplentes:

Dr.ª Maria Manuela Teixeira Pereira, diretora de serviços.
Dr.ª Heliana Maria Pereira Silva, diretora de serviços.

O primeiro vogal efetivo substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.

19 — Exclusão e Notificação dos Candidatos: Os candidatos ex-cluídos são notificados por uma das formas previstas nas alíneas a), b), c) ou d) do n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, para a realização da audiência dos interessados nos termos do Código do Procedimento Administrativo. As alegações a proferir pelos mesmos devem ser feitas em formulário tipo para o exercício do direito de participação aprovado pelo despacho n.º 11321/2009, do Ministro de Estado e das Finanças, disponível na página eletrónica da Universidade do Minho, no endereço <http://intranet.uminho.pt>.

20 — Os candidatos aprovados no método de seleção obrigatório são convocados para a realização do método complementar através de notificação feita por uma das formas previstas no número anterior.

21 — A lista unitária, depois de homologada, é publicada na 2.ª série do *Diário da República*, afixada nas instalações da Universidade do Minho sitas no Largo do Paço, em Braga e disponibilizada na sua página eletrónica no endereço <http://intranet.uminho.pt>.

22 — Quotas de Emprego: De acordo com o Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro, o candidato com deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra pre-ferência legal.

Os candidatos devem declarar no ponto 8.1 do formulário de can-didatura, o respetivo grau de incapacidade e o tipo de deficiência, nos termos do diploma supra mencionado.

23 — Em tudo que não se encontre previsto no presente aviso, o procedimento rege-se pelas disposições constantes da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, com as alterações introduzi-das pela Declaração de Retificação n.º 22-A/2008, de 24 de abril, Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de julho, Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro com a nova redação introdu-zida pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Constituição da República Portuguesa e Código do Procedimento Administrativo.

13 de junho de 2013. — O Administrador, *Pedro J. Camões*.

207058943

UNIVERSIDADE DO PORTO

Reitoria

Edital n.º 654/2013

Doutor António José de Magalhães Silva Cardoso, Professor Catedrá-tico da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Vice-Reitor da mesma Universidade:

Faço saber que, por meu despacho de 13 de junho de 2013, no uso de competência delegada por despacho publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 203 de 19 de outubro de 2010, pelo prazo de cinquenta dias úteis a contar do dia imediato ao da publicação do presente edital no *Diário da República*, se abre concurso documental para um Professor Catedrático para a Área Disciplinar de Arte e Design da Faculdade de Belas Artes desta Universidade.

I — As disposições legais aplicáveis são as seguintes:

1 — Artigos 37.º a 51.º e 62.º-A, do Estatuto da Carreira Docente Uni-versitária, republicado pelo Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de agosto, e alterado pela Lei n.º 8/2010, de 13 de maio; Regulamento dos Concursos para Recrutamento de Professores Catedráticos, Associados e Auxiliares da Universidade do Porto — Despacho n.º 12913/2010, publicado no *Diário da República*, n.º 154, de 10 de agosto de 2010.

II — Ao concurso podem candidatar-se:

1 — Os titulares do grau de doutor há mais de cinco anos, que sejam detentores do título de agregado, ou grau equiparado nos termos do Decreto-Lei n.º 20/91, de 10 de janeiro.

Caso o doutoramento tenha sido conferido por instituição de ensino superior estrangeira, o mesmo tem de ser reconhecido por instituição de ensino superior portuguesa, nos termos do disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 341/2007, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 197, de 12 de outubro.

Esta formalidade tem de estar cumprida até à data do termo do prazo para a candidatura.

III — O processo de candidatura ao concurso é instruído com:

1 — Carta de candidatura em que os candidatos deverão indicar os seguintes elementos:

- a) Nome completo;
- b) Filiação;
- c) Número e data do bilhete de identidade e serviço que o emitiu;
- d) Data e localidade de nascimento;
- e) Estado civil;
- f) Profissão;
- g) Residência ou endereço de contacto;
- h) Telefone ou telemóvel de contacto
- i) Endereço eletrónico de contacto.

2 — Documentos comprovativos do preenchimento das condições fixadas no n.º 1 do capítulo anterior, designadamente, a certidão de doutoramento e a certidão de agregação, exceto para os casos corres-pondentes à obtenção do grau de doutor ou do título de agregado na Universidade do Porto;

3 — Exemplares, em suporte digital e em duplicado (2CDs ou 2DVDs), dos seguintes documentos:

a) Currículo contendo todas as informações pertinentes para a avaliação da candidatura tendo em consideração os critérios de seleção e seriação constantes do capítulo VI do presente edital;

b) Trabalhos mencionados no currículo apresentado, podendo os candidatos destacar até dez dos que considerem mais representativos da atividade por si desenvolvida.

IV — As instruções para a apresentação da informação, em suporte digital, encontram-se disponíveis na área de Concursos de Pessoal do SIGARRA U.PORTO, no endereço http://sigarra.up.pt/up/web_base.gera_pagina?p_pagina=1004282.

V — A Reitoria, através da Unidade de Recrutamento do Serviço de Recursos Humanos do Centro de Recursos e Serviços Comuns da Universidade do Porto, comunicará aos candidatos o despacho de admissão ou não admissão administrativa ao concurso, o qual se baseará no preenchimento ou na falta de preenchimento, por parte daqueles, das condições estabelecidas no capítulo II -1 deste edital.

VI — Critérios e métodos de seleção e avaliação:

1 — Critérios de aprovação em mérito absoluto:

A admissão dos candidatos está condicionada à sua aprovação em mérito absoluto, a qual dependerá de serem detentores do grau de Doutor, ou grau equiparado nos termos do Decreto-Lei n.º 20/91, de 10 de janeiro, na área disciplinar de Arte e Design e possuírem um currículo cujo mérito o júri entenda revestir nível artístico e pedagógico, capacidade de investigação e atividade desenvolvida compatíveis com a área disciplinar e categoria para que é aberto o concurso, em particular no domínio específico do Desenho.

Considera-se aprovado em mérito absoluto o candidato que seja aprovado por maioria absoluta dos membros do júri votantes, em votação nominal justificada, onde não são admitidas abstenções.

2 — Critérios de seleção e seriação em mérito relativo e respetiva ponderação:

Uma vez identificados, em definitivo, os candidatos aprovados em mérito absoluto, passa-se à sua ordenação em mérito relativo, com base nos critérios de seriação, respetiva ponderação e sistema de valoração final, de acordo com o disposto no n.º 6 do artigo 50.º do ECDU e no artigo 14.º do Regulamento dos Concursos para Recrutamento de Professores Catedráticos, Associados e Auxiliares da Universidade do Porto, segundo os seguintes fatores:

Mérito Artístico: Produção artística, traduzida na excelência da obra artística dos candidatos, a sua capacidade de inovação e ou investigação. Para o efeito deverá ser considerado o número de apresentações públicas da obra artística, bem como reconhecimento que é prestado pela comunidade artística e crítica, ou pela comunidade dos profissionais, à produção do candidato.

Mérito Pedagógico/Científico: Desempenhos docentes excecionais traduzidos na orientação e coordenação de professores Auxiliares e de Assistentes, direções de curso, coordenação e dinamização de projetos pedagógicos.

Outras Atividades: Eventuais atividades de natureza administrativa ou de gestão, a comprovar documentalmente.

Na avaliação da capacidade e do desempenho dos candidatos, nestas vertentes, serão considerados com particular destaque os elementos curriculares que sejam relevantes para a área a concurso e serão analisados de acordo com os seguintes fatores:

2.1 — Critérios para a avaliação da vertente Mérito Artístico:

2.1.1 — Produção artística: obra artística dos candidatos, a sua capacidade de inovação e ou investigação. Entende-se que, em qualquer destes aspetos, o mérito dos candidatos só poderá ser considerado se for referível a níveis de produção criativa, artística e ou de design qualificável dentro de parâmetros de excelência. Reconhecimento que é prestado pela comunidade artística, à produção do candidato.

2.1.2 — Intervenção na comunidade artística ou profissional, expressa em entrevistas artigos ou ensaios publicados, bem como nas participações, comunicações, atuações em reuniões como conferências, colóquios, e seminários. Reconhecimento que é prestado pela comunidade artística e crítica, ou pela comunidade dos profissionais.

2.1.3 — Dinamização da atividade artística. Este fator tem em conta a capacidade de intervenção e dinamização das atividades artísticas da instituição a que pertence o candidato.

2.2 — Critérios para avaliação da vertente Mérito Pedagógico/Científico:

2.2.1 — Desempenhos docentes excecionais. Deverá incluir pelo menos três orientações de doutoramento

2.2.2 — Orientação e coordenação de Professores Auxiliares e de Assistentes. Qualidade da atividade letiva realizada pelo candidato e ainda direções e coordenações de cursos com prestações avaliadas como excelentes.

2.2.3 — Coordenação de projetos pedagógicos. Qualidade da produção de material pedagógico e da dinamização pedagógica.

2.2.4 — Atividade letiva.

2.3 — Critérios para avaliação da vertente Outras Atividades:

2.3.1 — Eventuais atividades de outra natureza. Qualidade de atividades de natureza administrativa ou de gestão, a comprovar documentalmente.

3 — Modo de funcionamento dos júris

Cada membro do júri fará o seu exercício avaliativo, pontuando cada candidato em relação a cada critério, avaliando qualitativamente cada candidato relativamente a cada vertente e construindo a sua lista ordenada com a qual participa nas votações que, segundo o ECDU, conduzem à ordenação final.

4 — Pesos das vertentes e dos critérios

Os pesos associados aos critérios e vertentes são seguintes:

Mérito Artístico: 45 %

Mérito Pedagógico/Científico: 45 %

Outras Atividades: 10 %

5 — Cálculo do Resultado Final

O júri como um todo pontua cada candidato em relação a cada fator e constrói diretamente a lista ordenada. Independentemente do processo, o júri usará a mesma escala numérica para todos os fatores, recomendando-se que seja utilizada uma pontuação de 0 a 100.

VII — O júri tem a seguinte composição:

Presidente: Prof. Doutor António José de Magalhães Silva Cardoso, Vice-Reitor da Universidade do Porto.

Vogais:

Doutor Joaquim Pereira Pinto Vieira, Professor Catedrático Aposentado da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto;

Doutor Lino Cabezas, Profesor Catedrático de la Facultad de Belles Arts da Universitat de Barcelona;

Doctor Jesús Pastor Bravo, Profesor Catedrático de la Facultad de Belas Artes de Pontevedra da Universidade de Vigo;

Doctor Rafael Muñoz Caldach, Profesor Catedrático de la Facultad de Bellas Artes de la Universidad Politécnica de Valencia — Departamento de Dibujo;

Doctora María del Carmen Lloret Ferrándiz, Profesora Catedrática de la Facultad de Bellas Artes de la Universidad Politécnica de Valencia — Departamento de Dibujo.

VIII — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

19 de junho de 2013. — O Vice-Reitor, *Prof. Doutor António José de Magalhães Silva Cardoso*.

207057403

Edital n.º 655/2013

Professor António José de Magalhães Silva Cardoso, Professor Catedrático da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Vice-Reitor da mesma Universidade:

Faço saber que, por meu despacho de 13 de junho de 2013, no uso de competência delegada por despacho publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 203 de 19 de outubro de 2010, pelo prazo de cinquenta dias úteis a contar do dia imediato ao da publicação do presente edital no *Diário da República*, se abre concurso documental para um Professor Catedrático para a Área Disciplinar de Arte e Design da Faculdade de Belas Artes desta Universidade.

1 — As disposições legais aplicáveis são as seguintes:

1 — Artigos 37.º a 51.º e 62.º-A, do Estatuto da Carreira Docente Universitária, republicado pelo Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de agosto, e alterado pela Lei n.º 8/2010, de 13 de maio; Regulamento dos Concursos para Recrutamento de Professores Catedráticos, Associados e Auxiliares da Universidade do Porto — despacho n.º 12913/2010, publicado no *Diário da República*, n.º 154, de 10 de agosto de 2010.

II — Ao concurso podem candidatar-se:

1 — Os titulares do grau de doutor há mais de cinco anos, que sejam detentores do título de agregado, ou grau equiparado nos termos do Decreto-Lei n.º 20/91, de 10 de janeiro.

Caso o doutoramento tenha sido conferido por instituição de ensino superior estrangeira, o mesmo tem de ser reconhecido por instituição de ensino superior portuguesa, nos termos do disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 341/2007, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 197, de 12 de outubro.